

CULTURA ESCOLAR E MATERIAL: primeiras investigações a partir dos relatórios e ofícios da Inspeção de Instrução Pública no Maranhão entre 1850 – 1900*

CULTURAL MATERIALS AT SCHOOL: first investigations from reports and offices of the Inspectorate of Public Instruction in Maranhão between 1850 – 1900

LA ESCUELA Y LA CULTURA MATERIAL: primeras investigaciones a partir de los informes y oficios de la Inspección de Enseñanza Pública en Maranhão entre 1850 – 1900

*Almicéia Larissa Diniz Borges
Luciana Nathalia Morais Furtado
César Augusto Castro*

Resumo: Analisam-se a presença e a circulação dos materiais escolares na Instrução Pública a partir de Ofícios e Relatórios de Inspectores da Instrução Pública, e como estes foram inseridos no cotidiano escolar. Verifica-se a organização das aulas, as formas de utilização dos materiais culturais, o desenvolvimento do ensino, assim como as necessidades de cada escola maranhense. Utilizam-se como metodologia dois momentos: no primeiro momento a garimpagem das fontes no Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM. No segundo momento um levantamento bibliográfico de autores que abordam a temática, tais como: Castro (2007), Castellanos (2007), Sousa (2010), Vidal (2010). Objetiva-se compreender nesta pesquisa a representatividade e a circulação dos materiais culturais nas escolas da capital, para identificarmos as tipologias dos instrumentos, seus usos e as significações dadas, apreendendo o cotidiano escolar da instrução pública maranhense dos Oitocentos. Este trabalho faz parte do projeto *Cultura Material Escolar* desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras– NEDHEL. Desse modo, a pesquisa em desenvolvimento beneficiará os estudos na área de história da educação referentes à cultura escolar e material. Conclui-se que há um descaso com a Instrução Pública no Maranhão desse período, pela falta de verbas para o pagamento dos professores, a falta de objetos necessários para uso nas salas de aulas, a escassez de livros, e principalmente verbas para a compra desses materiais.

Palavras-chave: Cultura material Escolar. Instrução pública. Maranhão.

Abstract: It was analyzed the presence and movement of materials in school from Public Instruction Crafts and Reports of Inspectors of Public Instruction, and how they were inserted into the school routine. It is the organization of classes, forms of use of cultural materials, the development of education, as well as the needs of each school Maranhão. Methodology are used as two moments: the first time the mining sources in the Public Archives of Maranhão - APEM. In the second phase a literature of authors who address the theme, such as Castro (2007), Castellanos (2007), Sousa (2010), Vidal (2010). Objective in this research is to understand the representativeness and movement of cultural materials in schools in the capital, to identify the types of tools, their uses and meanings given in apprehending the daily school of public instruction maranhense the nineteenth century. This work is part of the School Culture project developed by the Center for Research and Documentation in the History of Education and Practice Readers-NEDHEL. Thus, the research will benefit the development studies in the history of education related to school culture and material. We conclude that there is a neglect of Public Instruction in Maranhão this period, the lack of funds for the payment of teachers, lack of necessary objects for using in classrooms, shortages of books, and especially funding for the purchase of those materials.

Keywords: Culture. School materials. Public instruction. Maranhão.

Resumen: Se analizan tanto la presencia como la circulación de materiales escolares en la Instrucción Pública a partir de Ofícios y Relatórios de Inspectores de la Instrucción Pública, y como estos fueron incluídos en la rutina escolar. Se evalúa la organización de las clases, las formas de utilización de los materiales culturales, el desarrollo de la enseñanza, y también las necesidades de cada escuela marañense. Son utilizados dos momentos como metodología: en el primer momento la búsqueda profunda de la fuentes en el Archivo Público del estado de Maranhão – APEM. Como segundo momento, una búsqueda bibliográfica de autores que trabajan ese tema, tales como: Castro (2007), Castellanos (2007), Sousa (2010), Vidal (2010). Se objetiva comprender en esta investigación la representatividad y la circulación de los materiales culturales en las escuelas de la capital, para identificar las tipologías de los instrumentos, sus usos y los significados dados, aprendiendo la rutina escolar de la instrucción pública marañense de los Ochocientos. Este trabajo forma parte del proyecto *Cultura Material Escolar* desarrollado por el Nucleo de Estudios y Documentación en Historia de la Educación y Prácticas de Lecturas– NEDHEL. De esta manera, la investigación en desarrollo beneficiará los estudios en la área de historia de la educación referentes a la cultura escolar y material. Se concluye que existe una falta de preocupación y de interés con la Instrucción Pública de Maranhão de ese periodo, por la falta de fondos para el pago de los profesores, la falta de objetos necesarios para su uso en las salas de clases, la escasez de libros, y principalmente de fondos para la compra de esos materiales.

Palabras clave: Cultura Material escolar. Instrucción pública. Maranhão.

Trabalho premiado durante o XXIV Encontro do SEMIC, realizado na UFMA entre os dias 05 a 08 de novembro de 2012.

*Artigo recebido em dezembro 2012

Aprovado em fevereiro 2013

1 INTRODUÇÃO

A linha de pesquisa cultura e material escolar vem sendo discutida em vários eventos científicos sobre História da Educação pela necessidade de compreensão dos espaços escolares. Na medida em que identificamos os objetos inseridos no cotidiano escolar e um vasto material para pesquisa, o estudo do ambiente escolar torna-se desafiante para tentarmos descrever as práticas culturais presentes em cada espaço e tempo. Nesse sentido, a partir do projeto "*Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos*", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras do Maranhão (NEDHEL), pudemos adentrar e avançar neste vasto campo de pesquisa. Com resultados parciais, apresentamos alguns traços da materialidade utilizada no contexto educacional maranhense, na segunda metade do século XIX.

Analisamos relatórios e ofícios da Inspeção da Instrução Pública Maranhense do século XIX, procurando entender como esses materiais eram inseridos no espaço educacional, objetivando, assim, compreender a representatividade e a circulação desses materiais nas escolas públicas da Província. Buscamos identificar, ainda, as tipologias desses instrumentos, e principalmente, como eram distribuídos tais objetos.

Neste estudo, inicialmente verificamos os ofícios recebidos pelo Presidente da Província e, posteriormente pelo Governador, no início da República. Em relação a essa tipologia de documento, visualizamos somente a autorização pois os ofícios não vinham com os seus respectivos anexos, solicitados pelos inspetores aos Presidentes da Província. Com a necessidade de discriminar os objetos que as escolas necessitavam, fizemos o movimento inverso: desta vez, resolvemos verificar os ofícios enviados dos Inspectores da Instrução Pública para o Presidente ou Governador da Província, como forma de obter as informações (respostas) que ainda não tínhamos encontrado. Mas o que seriam esses anexos? Eram cópias dos pedidos das listas de materiais necessários para uso das aulas nas escolas. Todavia, muitos desses pedidos não eram autorizados, devido à falta de verbas para a compra dos mesmos.

Para desenvolvimento da pesquisa a dividimos em dois momentos. O primeiro concretiza-se na busca de materiais no Arquivo Público do Estado do Maranhão, isto é, os relatórios e ofícios dos Inspectores Públicos. No segundo momento, a pesquisa bibliográfica, no qual destacamos Castro (2009), Viñao Frago (1995), Pesez (1990), Faria Filho (2010), e outros que tem desenvolvido estudos na área da História da Educação.

2 CULTURA ESCOLAR E MATERIAL

A cultura material não possui um conceito propriamente dito, podendo ser entendida

como parte do estudo da cultura escolar, ou seja, pode-se dizer que é uma ideia de fazer a história da escola e seus componentes minuciosamente, tentando aproximação ao máximo com o objeto através de artefatos culturais das escolas. O aspecto de reconstituição dos fatos, de acordo com os objetos concretos, não contempla a pesquisa por completo, mas, ao realizar um paralelo com outros documentos, o pesquisador tende a articular a produção material com as formas de apropriação e contextualização social.

Desse modo, estudar o conceito de cultura material é, ao mesmo tempo, tratar os múltiplos significados dos objetos, indo além de sua estrutura técnica e de sua função, envolvendo as relações sociais de que fazem parte. Portanto, Viñao Frago (1995) afirma que a cultura escolar pode ser desempenhada a partir das diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas e das produções do saber e da organização escolar.

A noção de cultura material, segundo Jean-Marie Pesez (1990), não pode ser tomada na definição de cultura pelo material e nem por uma retórica de curiosidades. Por outro lado, seu estudo possibilita a interpretação de conjuntos culturais e nela estão as relações sociais e os modos de produção do passado. Por isso que, ao estudarmos os materiais concretos, como os livros, carteiras, lapiseiras, etc., iremos verificar indícios da vivência escolar do período do século XIX, e os meios de produção e articulação das práticas para realização do ensino.

Nesta perspectiva, Faria Filho (2010) afirma que a cultura escolar possibilita "articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chave que compõem o fenômeno educativo, tais como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares". Assim, ao realizarmos o estudo da cultura material escolar, devemos determinar alguns critérios de avaliação dos materiais, de acordo com Bucaille; Pesez (1989), esses critérios nos permite constituir uma tessitura do cotidiano escolar, interpretando-os como específicos de uma realidade, neste caso a escolar, com as diferentes práticas sociais.

Portanto, é pertinente ressaltar que a cultura material escolar é a própria cultura escolar, ou seja, são os cotidianos escolares na sua completude. Por isso, são perceptíveis os fatos que se repetem como hábitos, tradições e sujeitos relacionados com a escola. Assim, é possível detectar as transformações escolares no decorrer do tempo (FARIA FILHO, 2010).

3 INSPETORIA PUBLICA E A SUPERVISÃO EM ESCOLAS

O cargo de Inspeção da Instrução Pública criado no Maranhão, em 1843, a partir da Lei

n.º 156, de 15 de Outubro, com a garantia de um conto e duzentos mil réis, não poderia ser exercido por professores públicos. Quanto aos deveres dos inspetores públicos cabiam-lhes:

§ 1º. Fiscalizar todas as escolas, e estabelecimentos públicos na forma da lei.

§ 2º. Nomear interinamente substitutos para os pequenos impedimentos do Liceu, e propô-los para os casos de moléstia.

§ 3º. Julgar das faltas dos professores por dez dias de moléstia.

§ 4º. Nomear examinadores para todas as aulas públicas da Província.

§ 5º. Presidir a congregação, e exames do Liceu.

§ 6º. Fazer de seis em seis meses um relatório do estado da Instrução Pública da Província, no qual clara e sucintamente apontará os melhoramentos, defeitos, e necessidades, podendo nos quadros posteriores ao primeiro indicar apenas as alterações, que se forem seguindo. Se algum dos relatórios coincidir com a época da abertura da Assembleia Provincial deverá ser apresentado sempre com um mês de antecedência (MARANHÃO, 1843).

As funções desses funcionários públicos consistiam em realizar o exame clínico dos estabelecimentos públicos e privados de ensino; verificar o desempenho dos professores nas suas aulas, além de: "§ 1º. rever os compêndios adaptados nas escolas públicas de ensino primário, corrigi-los ou fazê-los corrigir, e substituí-los quando for conveniente" (MARANHÃO, 1855a). Diante das ações impostas, eram "obrigados a apresentar relatório sobre a situação do ensino. Os Inspectores da Instrução contribuíram para denunciar, através deles, os graves problemas educacionais que o Maranhão enfrentava" (SALDANHA, 2008, p. 132). Apesar dos estudos realizados por estes funcionários em seus relatórios, muitas vezes, o Estado não levava em conta a situação de abandono em várias escolas da província. Nesse sentido, as escolas sofriam com a falta de verbas para a compra de utensílios e livros. Além disso, a Biblioteca do Estado, órgão da Instrução Pública auxiliava na instrução pública, contribuindo diretamente para a formação estudantil. Sendo assim, representava uma espécie de extensão escolar, por onde o aluno realizava as suas pesquisas encontrando materiais que a instituição possuía, sendo aqueles adotados na escola. Portanto, ao mesmo tempo que as escolas sentiam necessidade de reparos, a Biblioteca ficava esquecida e relegada a verbas irrisórias para sua manutenção.

Com relação aos ofícios remetidos pelos inspetores, assim como os relatórios inscritos pelos mesmos remetidos ao Governador, faz-se muita alusão à necessidade de melhorias no prédio dessa instituição, e principalmente as consequências da má condição dos livros. Resultando que a maioria do acervo foi destruída devido a essa problemática. Desse modo, em comparação com a Biblioteca, muitos prédios escolares necessitavam de reparos em sua estrutura física e os inspetores ressaltavam a deficiência nas casas para as escolas, pois as que existiam eram de estrutura precária. Des-

taca-se aqui, em um dos ofícios remetidos ao Governador, o inspetor Antonio Marques Rodrigues, o qual resalta a importância do estabelecimento de bibliotecas escolares.

Nos relatórios descritos pelos Inspectores, percebemos o descontentamento da situação da Instrução Pública do Estado, pois realizavam comparações com escolas de outros países. Os materiais solicitados incluíam listas de livros, no entanto, existia um sistema para adoção dos livros didáticos nas escolas. Nesta medida, o Conselho Superior de Instrução Pública aprovava as obras a serem inseridas no ambiente escolar. O grupo era formado por cinco membros da Lente do Liceu escolhidos pelo Presidente da Província e indicados pelo Inspetor de Instrução.

Como cabia a esse Conselho opinar sobre as questões mais importantes da Instrução, e estando ele em mãos dos intelectuais da elite, eram os interesses dessa camada que eram atendidos preferencialmente no momento de se organizarem as propostas educacionais. Quanto à instrução popular, era secundarizada e o Estado tentava desvincular-se da obrigação de promovê-la, colocando-a sob a alçada dos municípios (SALDANHA, 2008).

A função desempenhada pelo Conselho, na visão de Coelho (2002, p. 3) referindo-se ao Pará, era de assegurar "o controle ideológico, a qualidade didática e a adequação científica dos livros", ao serem avaliados, posteriormente liberados para utilizá-los como material de ensino.

No Maranhão, esse órgão exercia o mesmo papel, que "era dar o parecer sobre os livros e compêndios que tivessem que ser adaptados nas escolas públicas de um ou outro grau" (CASTRO, 2009, p. 409). Além disso, a influência da Igreja Católica em relação às questões do conselho apontava que "[...] a presença de sacerdotes no Conselho indica que, apesar da influência positivista, contrária à intervenção da Igreja em assuntos civis, ela continuava a influir na educação e que o Estado aceitava essa intervenção" (SALDANHA, 2008, p.98). No livro de minutas, encontramos os pedidos de autorização de livros para serem adotados. Como o documento do Presidente da Província ao Inspetor da Instrução Pública:

Pelo vosso officio de 27 do corrente fica inteirado o Governador do Estado de haver o Conselho Superior da Instrução Publica, em sessão do dia 22 do dito mez, resolvido approvar para o fim de ser admittido nas escolas publicas do Estado, o "Instructor Elementar" do professor da [Outoja], José Simão Gomes dos Santos.

Quando aprovava, o Presidente da Província enviava-lhes os exemplares para utilizá-los nas aulas. De acordo com os ofícios referentes aos dias 12 de novembro de 1874; 15 de novembro de 1879:

remetto a v.m o incluso exemplar do methodo hudson para uso das escolas de instrução primaria, afim que vm o submetta ao juizo do conselho de instrução publica na conformidade do §2º do Art. 82 do regulamento provincial de 6 de junho de 1874; prevenindo-o de que, no caso de ser approvedo, estão a

disposição de vm 1.500 exemplares para distribuição gratuita nas escolas de ensino primária da província (MARANHÃO, 1874).

Remetto a v.m o exemplar incluso do syllabaro escolar publicado pelo professor publico Miguel Maria Jardim e por elle offerecido para uso das escolas do ensino primario desta provincia, segundo me fez constar o ministro dos negocios do imperio, por officio do director da 2º directoria da perspectiva secretaria de estado, de 23 de outubro ultimo, afim que v.m submetta o mesmo syllabario ao juizo do conselho da instrução publica, para que possa ser adoptado (MARANHÃO, 1879).

Além dos livros adotados, verificamos a carência de utensílios, como mobílias para a instrução pública. Nos ofícios os professores reclamavam aos inspetores para tomarem medidas de obtenção desses objetos perecíveis ao ambiente escolar: "O professor público de primeiras letras da freguesia de N. S. da Vitoria, Sebastião Pedro Nolasco dirigindo por meu intermédio a V. Ex., o requerimento que vai incluso, tem por fim pedir á V. Ex. providencias para lhe serem fornecidos certos objetos que sem duvida são indispensáveis as seu mister". (MARANHÃO, 1856)

Informava-lhe o inspetor que havia por muito tempo as faltas de materiais nesta aula, visto que já comunicara esta deficiência desde o ano de 1852 e nada foi realizado a essa freguesia. Em outro ofício correspondente à freguesia de Arayoses, encontramos a relação de objetos escolares necessários para a instrução pública:

RELAÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA A ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS NOVAMENTE CRIADA EM ARAYOSES

1 banca de boa madeira de 5 palmos de comprimento e 4 de largura com gaveta e chave para o professor.	9.000
1 cadeira de assento de palhinha para o mesmo professor	6.000
3 ditos mais ordinários para visitas a 3.000	9.000
1 estrado de 7 palmos de comprimento e seis de largura para o professor	6.000
1 jogo de tinteiros para o mesmo	1.000

Entre outros objetos precisos para a consecução das aulas nas referidas freguesias. Sendo relevante discriminar os materiais para assim compor o cotidiano escolar no período estudado. No ofício enviado em 13 de dezembro de 1856 pelo inspetor da instrução pública Manoel Moreira Guerra ao presidente da província Antonio Candido da Cruz Machado, descrevia o mau estado do edifício em que funcionava o liceu "inteiramente desasseado na pintura e desguarnição de mobília ou qualquer decoração, ainda a mais indispensável" (MARANHÃO, 1856), pedindo a reforma estrutural do prédio. Além disso, anexou uma lista de objetos para o estabelecimento, conforme segue:

RELAÇÃO DOS OBJETOS PRECISOS PARA O LICEU MARANHENSE

1	Mesa para o inspetor de madeira fina polida com duas gavetas com fechadura e uma escrivaninha de prata (metal)
1	Dita de madeira fina para a secretaria também e com duas gavetas e fechadura, com uma escrivaninha de metal.
1	Dita de madeira fina para o porteiro também polida e com duas gavetas e fechadura com uma escrivaninha de metal
6	Ditas de madeira fina polida para os lente, cada uma com duas gavetas e fechadura e uma escrivaninha de metal.
20	Cadeiras finas de braço; e das outras, duas dúzias para a secretaria e aula do liceu.
6	Estrados para as mesas dos lentes com um palmo de altura com comprimento e largura proporcional a dimensão das mesas.
1	Sofá de palhinha para a secretaria.
2	Estantes para o arquivo da secretaria sendo de madeira fina e polida

Em relação à resposta dos ofícios consideramos que algumas escolas receberam as devidas providências, em seus reparos físicos. Devemos observar o retorno do Presidente da Província, nos documentos:

Conforme pediu a esta presidencia em seu officio de 15 deste mes, autorisar o inspetor público da povoação de mocajutuba a proceder aos reparos de reboco, de que necessita o predio provincial em que funciona ali a escola publica recomendando-lhes porem que o faça com a maior economia enviando depois a conta justificava ao thesouro provincial para ser paga (MARANHÃO, 1879).

Desde o início do século XIX, a falta de uma sistematização do ensino, pouco incentivo governamental e despreparo dos professores geraram retrocessos na educação primária maranhense. Ao pesquisarmos os relatórios das escolas no Arquivo Público – APEM, resgatamos os seus usos, as práticas e os saberes desenvolvidos nas instituições. Nesse sentido, em relação aos livros adotados nas escolas de instrução primária, verificamos a necessidade desses materiais, mas, listamos alguns exemplares: Livro (rudimentos de geografia), aos meus meninos, livro do povo, fábulas e lendas, contos, seleta maranhense e língua portuguesa.

Os livros circulavam na província, mas o uso nem sempre era visto nas escolas. Outro título encontrado nos jornais é o "Sillabario ou primeiro livro de leitura", um dos publicados na corte pelo Sr. M. Ribeiro de Almeida, que devotadamente se aplica ao assunto da Instrução Pública. Além disso, a obra se caracterizava como um dos principais livros para o ensino de primeiras letras, indicados para os iniciantes da leitura e escrita (O PUBLICADOR MARANHENSE, 1875, p.4). Outros títulos eram comercializados na província maranhense, como Methodo Facilimo para aprender a Ler (1852); Manual Encyclopedico para uso das escolas d'Instrucção Primaria (1857); Arte de ler (1871); Gramatica Portuguesa adoptada na

Instrução Pública (1871); e Terceiro Livro de Leitura (1875).

Um dos principais livros a ser usado nas escolas públicas do Maranhão era o Livro do Povo. Segue abaixo a listagem de distribuição desse livro para as escolas.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
DA PROVÍNCIA PELAS QUAIS FORAM
DISTRIBUÍDOS OS – 1000 EXEMPLARES
DO LIVRO DO POVO OFERECIDOS PELO
INSPETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA
EM 8 DE NOVEMBRO DE 1865

COMARCAS	CIRCULOS	NUMERO DE EXEMPLARES	TOTAL	
Capital	1º freguesia	30		
	2º freguesia	40		
	3º freguesia	30		
	Asylo de Santa Thereza	20		
	Recolhimento	20		
	Educandos	40		
	Vinhaes	2		
	S. Jose dos Índios	20		
	Paço do Lumiar	73		
		Bacanga	8	283
Alcântara	Alcântara	30		
	S. Bento	70		
	S. Antonio e Almas	20		
	S. João de Cortes	8		
Turiagu	Turiagu	20		
	S. Helena	20		
Guimarães	Guimarães	16		
	Genipaúba	5		
	Caxoeira	10		
	Cedral	8		
	Cururupu	12		
	Pinheiro	20		
	Santa Isabel	5		
	Vianna	Vianna	43	
		S. Jose do Penalva	8	
		Monção	10	
	S. Vicente Ferrer	8	328	
Mearim	Mearim	15	611	
Mearim	Arari	8	611	
Itapecurú	Itapecurú	10		
	Anajatuba	8		
	Chapadinha	10		
	Vargem Grande	16		
Rosário	Rosário	20		
	S. Miguel	12		
	Icatú 1º distrito	15		
	Icatú 2º distrito	10	109	
	Miritiba	20		

Alto Mea- rim	Codó	20	
	Coroatá	10	
	S. Luis Gonzaga	8	
Brejo	Brejo	80	
	Buriti	8	
	S. Bernardo	10	
	Araioses	4	
Caxias	Barreirinhas	8	
	Caxias 2º distrito	10	178
	Trisidela	8	
Pastos Bons	S. Jose dos Matões	6	
	Manga do Para- naíba	4	
Chapada	Chapada	20	
	S. Jose das Caja- zeiras	5	
	Mirador	15	
	Barra do Corda	10	
Pastos Bons	Pastos Bons	10	
Carolina	Carolina	16	102
	Riachão	8	1000

Fonte: Ofício enviado em 14 de setembro de 1867 pelo inspetor da instrução pública Antonio Marques Rodrigues para o presidente da província Franklin Americo de Menezes Doria.

Em cada relatório, fazia-se menção sobre a distribuição e a adoção dos livros nas escolas públicas da capital,

LIVROS DISTRIBUÍDOS

Foram distribuídos gratuitamente pelas escolas públicas de primeiras da província, 1441 alfabetos, 1473 tabuadas, 90 exemplares do Almanaque de Lembranças Brasileiras do Dr. Cesar Marques, 1000 exemplares em brochura do livro do Povo, 39 ditos do Curso poético de pedagogia de Daligault, e 160 compêndios em brochura da gramática do Condurú.

As tabelas e alfabetos foram distribuídos por conta da verba do expediente da secretaria da instrução pública; os almanaques de lembranças brasileiras que existiam arquivados nesta secretaria desde 1863, foram comprados em virtude do artigo 21 parágrafo 17 da lei do orçamento n. 609, para serem distribuídos pelas escolas públicas da província; os exemplares do livro do povo foram por mim oferecidos e distribuídos, tendo sido previamente solicitados a permissão do governo, os exemplares do curso pratico de pedagogia, foram comprados pela província, para serem distribuídos pelos professores, e finalmente os compêndios de gramática, foram oferecidos pelo seu autor.

LIVROS ADOTADOS

Por despacho da presidência, foram adotados os seguintes livros: compendio de Metrologia decimal, pelo Dr. J. de Lássio; poética das medidas e pesos em doze lições; método de ensinar a ler, escrever por Antonio Freire da Silva; compendio de historia universal por

Vitor Duruy; gramática da língua francesa, por Eduardo de Montangu; Selecta francesa do padre Jose I. Roquete; Selecta inglesa de J. G. Eichoff, gramática latina, do D. Antonio de Castro Lopes. (MARANHÃO, 1867)

O século XIX no Maranhão foi marcado por grandes dificuldades no contexto educacional, que, segundo Saldanha (2008), resultou "da inexistência de professores competentes [o que] constituiu num grande obstáculo que impedia a expansão do ensino público [...]" (SALDANHA, 2008, p.148). Portanto, era possível observar que a maior parte dos professores não tinha os requisitos necessários para exercerem os cargos na instrução pública maranhense, e que o governo não tinha compromisso com o sistema educacional. Sendo assim, fica claro que, apesar da regularização da Instrução Pública no Maranhão, era preciso acompanhar o seu processo de inserção na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios dos Inspectores nos ajudam a ter uma ideia de como estava estruturada a Instrução Pública. Notamos as imensas dificuldades encontradas tanto por Inspectores, quanto por professores e alunos. Os primeiros encontravam entraves nas inspeções das escolas, seja por distância da escola, seja por não cumprimento de suas obrigações. O segundo, pelo não atendimento de suas solicitações, causando muitas vezes, acreditamos nós, desânimo em dar aulas. E os últimos, os principais afetados, são obrigados a enfrentar condições precárias de ensino, condições que se resumem em prédios inadequados, falta de materiais (os que pouco tem são precários), pouco orçamento voltado para a instrução, entre outros fatores que nos fazem descreditar da importância desse ensino para o Governo.

O ensino primário maranhense era precário, tanto pela falta de livros, como a de espaços para a instrução, além do fato que a sociedade maranhense era formada principalmente por escravos, estes sendo a maioria livres e proibidos por lei de frequentarem qualquer escola ou terem acesso à instrução, e por brancos que formavam a elite. As mulheres estavam começando a adquirir seu espaço dentro da instrução, todavia, seu ensino ainda era voltado ao cozer, à costura, à leitura, ocupações voltadas para se tornarem boas esposas, mães e donas de casa. No caso das classes menos abastadas ou indigentes, estes ou recebiam vestuários do Governo para frequentarem as escolas, ou eram mandados a casas de educação existentes na época, como a Casa de Educandos Artífices, Escola Agrícola do Cutim ou o Recolhimento das Educandas, mas esse ensino era voltado basicamente para formação técnica.

É difícil mensurar quantos livros foram distribuídos, adotados, quantos pedidos foram solicitados, e principalmente a relação de

utensílios. Difícil por se tratarem de muitos documentos, e principalmente, por não acreditarmos nesses materiais como verdade absoluta, já que por se tratarem de uma época com problemas financeiros, políticos e estruturais, nunca poderemos saber ao certo, se esses relatórios e ofícios foram escritos de maneira verdadeira, isto é, se houve mentiras ou burlações nos dados descritos.

REFERÊNCIAS

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean Marie. Cultura Material. In: *Enciclopédia Einaudi*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989.

CASTRO, Cesar Augusto. (Org.). *Leis e regulamentos: da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010.

COELHO, Maricilde Oliveira. *O livro didático no Pará da primeira república*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3128.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. et al. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v3n1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

PESEZ, Jean Marie. A história da cultura material. In: *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

SALDANHA, Lilian Leda. *A instrução maranhense na primeira década republicana*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

VEIGA, Cyntia Greive. *Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais*. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

VIÑAO FRAGO. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

FONTES DOCUMENTAIS

MARANHÃO. *O Publicador Maranhense*. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1875.

_____. Livro de correspondência do presidente de província Augusto O. Gomes de Castro ao inspetor da instrução pública Polidoro César Burlamaque, em 28 de março de 1874.

_____. Livro de correspondência do presidente de província José Caetano Vaz Junior ao Inspetor da Instrução Pública Polidoro César Bularmaque, em 29 de maio de 1879.

_____. Ofício enviado em 13 de dezembro de 1856 pelo inspetor da instrução pública Manoel Moreira Guerra ao presidente da província Antonio Candido da Cruz Machado, 1856.

_____. Ofício de Antonio Marques Rodrigues, inspetor da instrução pública para o presidente da província Franklin Americo de Menezes Doria, 1865.

_____. Ofício enviado em 14 de setembro de 1867 pelo Inspetor da Instrução Pública Antonio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Franklin Américo De Menezes Doria.

_____. Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial apresentou o Exmo. presidente da província do Maranhão, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, na sessão de 3 de maio de 1843. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1843.

_____. Relatório enviado por Caetano José da Silva, inspetor da instrução pública para Eduardo Olimpio Machado, datado de 11 de abril de 1855a.

_____. Relatório enviado por Caetano José de Sousa, inspetor da instrução pública para o vice-presidente da província, Joaquim Teixeira Vieira Belfort, em 22 de novembro de 1855b.